

EDITORIAL

Prezado leitor,

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal divulga novo número da Revista da AGU, composto por nove artigos recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”, em conformidade com as diretrizes editoriais do periódico.

No primeiro deles, Boni Soares disserta sobre a indenização por desapropriação no Direito Internacional, com foco nos tratados de investimento negociados pelo Brasil. Considerando a necessidade de proteger adequadamente os investimentos estrangeiros, bem como de evitar o risco de condenações em quantias exorbitantes, o autor sugere a estipulação de parâmetros jurídicos mais precisos para sua fixação, a exemplo da adoção expressa do valor patrimonial dos investimentos realizados como base para o cálculo dessas indenizações.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de um marco legal eficaz sobre a responsabilidade civil decorrente de atos praticados por máquinas inteligentes, Grace Garbaccio, Rodrigo Leal e Jean Karlo Mallmann efetuam análise comparativa entre as legislações do Brasil e de Portugal relacionadas ao tema e, na sequência, descrevem os desafios e avanços observados nas experiências desses dois países.

A partir de entrevistas realizadas com amostra dos sujeitos envolvidos, Jailson Nogueira e Erik Oliveira Filho identificam as peculiaridades dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo Mossoró (RN).

Jederson Lobato e Margareth Zaganelli propõem a adoção de esforços contínuos e coordenados entre estados e municípios para ampliar a municipalização do trânsito, medida essa que consideram estratégica para a redução de acidentes e para a efetivação do direito à cidade.

Joelson Bollotti e Marcos Wachowicz sustentam que, por exigência do princípio constitucional da eficiência, o administrador público está compelido a fazer uso da inteligência artificial para aprimorar o cumprimento de suas funções, de modo que não se trata de mera opção discricionária posta à sua disposição.

Leonardo Norat e Luma Scaff exploram a categoria dos atos prodrômicos, extraída do ordenamento jurídico italiano, para analisar a maneira pela qual se forma a declaração de vontade nas sociedades de economia mista.

Martina Silva, Leilane Grubba e Daniele Terribile examinam de que forma a função social do trabalho e a igualdade de gênero se relacionam,

no contexto jurídico brasileiro, com a persistente disparidade salarial entre mulheres e homens no mercado de trabalho, à luz da Constituição de 1988 e da legislação trabalhista.

O trabalho de Plácido Rios e Gina Pompeu investiga os impactos do Sistema Tributário Nacional sobre a defesa do meio ambiente, com destaque para a reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional n. 132, de 2023, que consagra a sustentabilidade ambiental como um dos princípios gerais do Direito Tributário brasileiro.

Finalmente, por meio de pesquisa empírica com enfoque quantitativo, Ulisses Reis e Maria Teodora Amaral buscam compreender o funcionamento do Plenário Virtual do Tribunal Superior Eleitoral e os padrões de sua utilização pelos ministros daquela Corte entre os anos de 2019 e 2023.

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar os artigos científicos ora descritos por meio de consulta à Revista da AGU eletrônica, disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU